

O monopólio da violência  
no fascismo italiano. As  
Forças Armadas, a MVSN e  
as relações entre partido e  
Estado na Itália de Mussolini

The monopoly of violence in  
Italian fascism. The Armed  
Forces, the MVSN and the  
relations between party and  
State in Mussolini's Italy

João Fabio Bertonha<sup>1</sup>



João Fabio Bertonha  
O monopólio da violência no fascismo italiano.  
As Forças Armadas, a MVSN e as relações entre  
partido e Estado na Itália de Mussolini

**Resumo:** O objetivo desse artigo é discutir as relações entre as Forças Armadas e as milícias do partido (Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale -MVSN) na Itália de Mussolini e as suas implicações para o funcionamento do regime, seu colapso e recomposição em 1943. Como pano de fundo, será discutida a relação entre Estado e partido durante o fascismo e as implicações dessa relação no campo militar. O caso alemão será apresentado brevemente como contraponto, de forma a identificar semelhanças e diferenças dentro das duas matrizes do universo fascista.

**Palavras-chave:** Mussolini; MVSN; Forças Armadas; Itália; SS.

**Abstract:** The purpose of this article is to discuss the relations between the Armed Forces and the party militias (Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale -MVSN) in Mussolini's Italy and their implications on the functioning of the regime, its collapse and rebuild in 1943. As a background, it will be discussed the relations between party and State in Fascist Italy between 1922 and 1945. The German case will be briefly presented as a counterpoint, in order to identify similarities and differences within the two fascist models.

**Keywords:** Mussolini; MVSN; Armed Forces; Italy; SS.



## Introdução

Uma das características fundamentais do Estado moderno é o monopólio da violência ou do uso legítimo da força. Esboçado nos trabalhos de Jean Bodin e Thomas Hobbes na Idade Moderna, o conceito foi refinado por Max Weber. Para ele, o uso legítimo da força em um território delimitado é uma das essências que definem um Estado moderno, sendo que outras forças de segurança, privadas, podem existir, desde que sancionadas e aprovadas por ele. Em caso de incapacidade legal, fiscal ou militar para exercer esse monopólio, a legitimidade do Estado, e sua própria existência, passam a ser questionados.

Esse quadro, obviamente, é teórico e varia conforme a época e as realidades nacionais. Havia e há Estados incapazes, na prática, de exercer a soberania ou prevenir a violência interna (recebendo, nos dias de hoje, a designação de “Estados falidos”), enquanto outros o fazem de forma eficiente. Há Estados que toleram, por motivos políticos e sociais, que a população tenha armas, que a segurança privada se espalhe ou que a criminalidade domine certas áreas do território, enquanto outros consideram isso inaceitável. A essência da questão, de qualquer forma, é que o Estado deve ser o detentor da força legítima no seu território e que os seus instrumentos básicos para exercer esse poder são o sistema judicial, a polícia e as Forças Armadas, as quais servem, além disso, para preservar a soberania frente a outros Estados e para a defesa dos interesses nacionais no exterior.

Os militares, até por essa sua função particular dentro da estrutura do Estado, costumam ser ciosos da sua prerrogativa de detentores do poder de coerção legítimo, com os privilégios simbólicos e materiais daí derivados. Os militares tendem a se opor a que, por exemplo, partidos políticos ou unidades dentro de uma federação constituam forças militares capazes de se opor a eles. O esforço do Exército Brasileiro desde os anos 1930 para diminuir as dissensões internas e controlar e anular as forças públicas dos vários estados do Brasil (especialmente do Rio Grande do Sul e de São Paulo) é um exemplo perfeito dessa dinâmica (MCCANN, 2017).

Um caso particular é quando os militares se tornam participantes e apoiadores de uma estrutura de poder que prevê a existência de forças paramilitares oficiais e, portanto, são obrigados a conviver com elas. Em vários contextos históricos – dos regimes comunistas no Leste Europeu, passando por várias das ditaduras de partido único no Oriente Médio após 1945 e por outras experiências autoritárias na Europa, nas Américas e em outras partes do mundo – esse problema apareceu



e a tônica foi a relação hostil entre as forças, tanto pelo problema de orçamento e status como pela competição pelo monopólio da violência legítima.

A Itália de Mussolini se encaixa perfeitamente nessa problemática. Como será visto em detalhes a seguir, o fascismo chegou ao governo em uma aliança com as elites tradicionais e o apoio dos militares, sem que seus esquadristas e milicianos (ou seja, as forças paramilitares sob o comando do movimento e, depois, do partido fascista) tivessem que tentar a conquista do poder pelas armas. No entanto, o fascismo seria impensável sem uma perspectiva totalitária e as suas forças paramilitares eram essenciais para que essa perspectiva continuasse a existir. Dessa forma, as forças milicianas continuaram vivas até 1945, numa relação que oscilava entre a hostilidade e a aliança com as Forças Armadas. Entender essa relação e suas implicações na história do fascismo é o objetivo desse artigo. A polícia e o sistema judicial também fazem parte dessa equação e os analisei em artigos próprios (BERTONHA, 2021b, 2021c; os quais dialogam com o presente), mas as forças militares eram a chave e priorizá-las na nossa análise faz todo o sentido.

O artigo será baseado, essencialmente, em uma revisão da bibliografia pertinente relacionada ao tema e seguirá um esquema tradicional. Inicialmente, abordarei, de forma breve, o sistema de poder criado pelo fascismo e o lugar de Estado e partido dentro dele, o que formará o contexto geral no qual a relação entre milicianos e militares se deu. Posto isso, o foco se dirigirá para a longa história do relacionamento entre o Exército e as milícias, desde a chegada do fascismo no poder, passando pelas várias guerras fascistas e chegando ao momento especial que foi a criação da *Repubblica Sociale Italiana* (RSI), em 1943.

O artigo procurará dialogar com a historiografia relacionada ao tema, mas terá também um tom descritivo e cronológico, essencial para deixar evidente as idas e vindas, os recuos e avanços, as ambiguidades e as contradições em uma relação que durou desde o início do fascismo, em 1919, até o seu colapso final em 1945. Certos momentos – como a tomada do poder, em 1922, ou a queda do fascismo, em 1943 – são particularmente importantes, mas a hipótese que norteia o artigo é que houve um *continuum* tanto no relacionamento entre o Estado italiano e o *Partito Nazionale Fascista* (PNF) como naquele entre as Forças Armadas e as milícias partidárias. Um *continuum*, contudo, transformado continuamente pelas lutas internas do regime e também pelo seu imperialismo e suas guerras, para a reconstrução do qual o cuidado cronológico e factual é essencial.



A hipótese central, portanto, é que a tensão entre o Exército e a Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale (MVSN) teria se acumulado a partir da experiência das guerras fascistas até o ponto de saturação, em 1943, deixando de ser uma mera questão de disputa por *status* e recursos para se tornar uma verdadeira guerra pela prerrogativa da violência e pelo controle do poder. Um rompimento que só pode ser entendido frente ao quadro maior, do colapso de um bloco de poder que funcionou desde 1922 até 1943, mas cujo elemento marcial teve especificidades próprias.

Ao final do artigo, será feita uma breve menção ao caso da Alemanha nazista, especialmente no tocante à Schutzstaffel (SS) e sua relação com o Exército alemão. Não há a pretensão de se fazer uma análise propriamente comparativa, mas utilizar o exemplo alemão como um “caso de controle”, de forma a realizar uma reflexão geral sobre o problema das Forças Armadas e das milícias nos Estados fascistas.

### **Estado e partido no bloco de poder fascista: o papel dos militares**

A estrutura de poder dos Estados fascistas supunha a existência de partidos únicos que deviam controlar e gerir hierarquicamente suas sociedades. Tais partidos seriam as bases para um projeto de futuro totalitário no qual as antigas estruturas estatais seriam eliminadas e uma nova elite assumiria o controle da sociedade. Na prática, essa utopia totalitária de sociedade não se concretizou, tanto pela resistência das elites tradicionais, como, em boa medida, pela própria hesitação dos ditadores em criar estruturas que poderiam, a princípio, prescindir deles próprios. No lugar, formou-se uma muito mais complexa, na qual os antigos órgãos do Estado, os novos que vinham do partido e ainda outros, oriundos da própria figura do líder único, conviviam entre si. Uma estrutura caótica, com interpenetrações, conflitos e alianças e cuja contradição central, ainda que não a única, era a entre o partido e o Estado. Como já indicado nos trabalhos clássicos de Hannah Arendt, Ernest Fraenkel e Franz Neumann, o sistema fascista tendia ao totalitarismo e isso levava a uma instabilidade inerente. (GONZÁLEZ CALLEJA, 2012).

Esses autores se concentraram no caso alemão, o qual será retomado posteriormente. Mesmo para o caso italiano, contudo, como bem indicado pelo historiador Emilio Gentile (2002), o fascismo tinha uma perspectiva totalitária e o *Partito Nazionale Fascista* (PNF) se considerava a ponta de lança para a transformação do Estado e da sociedade nesse sentido. Sem uma perspectiva ou



ambição totalitária, na verdade, a própria definição de fascismo fica incompleta e, aliás, o próprio termo surgiu justamente no processo de formação do fascismo italiano, na crítica de Giovanni Amendola e depois, de forma apologética, pelo próprio regime. Fica o fato, contudo, que a perspectiva totalitária nunca foi dominante e que o Partido Fascista, apesar dos seus esforços, ficou em um papel secundário na estrutura de poder do regime.

É válido mencionar, igualmente, o trabalho de Jean-Yves Dormagen (2008), o qual questiona a interpretação tradicional, muito calcada em Renzo de Felice e Alberto Aquarone, de que o Estado foi capaz de eclipsar totalmente a ideologia e o PNF, se tornando uma ditadura autoritária como outra qualquer. Para ele, o fascismo efetivamente não teve força para revolucionar a sociedade civil, criar uma classe dirigente própria e implantar o terror, mas esteve presente na lógica do regime. Para ele, os *federali* do PNF, os líderes dos *fasci all'estero* ou os comandantes da milícia não substituíram os prefeitos, os cônsules e os generais, mas a ideologia fascista permeou de tal forma os últimos que a perspectiva totalitária do regime se manteve em algum nível. Uma análise correta, mas que, ao final, reforça a perspectiva de uma derrota do PNF pelo Estado: há uma diferença entre a ideologia fascista permeiar o Estado e o PNF o controlar.

Podemos sempre hipotizar, obviamente, que o fascismo, se tivesse continuado no poder, acabaria sendo capaz de eliminar os poderes autônomos e revolucionar realmente o Estado. Os acontecimentos no final dos anos 1930 (como a substituição da Câmara dos Deputados pela *Camera dei Fasci e delle Corporazioni* em 1939) e a radicalização da *Repubblica Sociale Italiana* depois de 1943 parecem ser indícios nesse sentido. Por outro lado, também podemos imaginar que, no contexto mundial pós 1945, em uma Itália que tivesse permanecido neutra na guerra, o processo contrário teria acontecido, seguindo o modelo espanhol, e o partido teria sido completamente anulado numa concepção de Estado plenamente autoritária.

O fato historicamente verificável é que, durante o regime, a perspectiva autoritária superou a totalitária e o Estado foi capaz de vencer as investidas do partido (ADINOLFI, 2012; MUSIDELIAK, 2012), mas que esse jamais foi completamente anulado, o que gerou tensões e disputas contínuas. As lutas entre o Exército e a MVSN são indícios evidentes de que a tensão entre as duas perspectivas foi uma constante, numa corporificação marcial de uma questão política.

Em linhas gerais, portanto, o *Partito Nazionale Fascista* foi sublimado pelo Estado e seu projeto de nacionalização das massas ficou incompleto. Isso se deu,



em boa medida, pela sua incapacidade em disciplinar e controlar as tendências regionalistas, nas províncias. Isolado e tendo perdido sua capacidade de decisão, o partido se tornou cada vez mais uma instância burocrática e formal de poder, de pouca importância real (CORNER, 2015). Ainda mais importante foi a forma como se formou o bloco de poder fascista, no qual as antigas estruturas do Estado e elites mantiveram poder e influência. A Monarquia, a Igreja, a burocracia do Estado e outras instâncias de poder foram fascistizadas, mas não ao ponto de perderem sua influência e autonomia (BERTONHA, 2008, apud BERTONHA, 2017a).

O PNF, contudo, nunca perdeu alguns espaços de poder e nem suas ambições de se tornar a base de um novo Estado e sua perspectiva totalitária continuou viva, tanto que o regime nunca conseguiu a unidade interna que almejava (NUCCI, 2014). A tensão entre o partido e o Estado e entre as várias unidades autônomas internas a ambos (com interpenetrações, choque, alianças e disputas), entre altos e baixos, marcou a história italiana de 1922 até 1945.

Nesse contexto, os militares foram sócios privilegiados do bloco de poder fascista: era necessário cultivar o seu apoio para o sustento do regime e um poder militar de peso era essencial para as pretensões imperialistas do fascismo. Essa ênfase nas forças armadas e na sua utilização para a conquista do Império levou a imensos investimentos por parte de Roma. No seu auge, nos anos 1930, a despesa militar italiana se aproximava da britânica e ultrapassou a francesa, ao menos antes que esses países iniciassem seus próprios programas de rearmamento (BERTONHA, 2005, 2017b; GOOCH, 2011; MALLET, 1998).

Os militares também contaram com relativa liberdade para suas estratégias e definição de prioridades. Talvez até demais, pois o desinteresse de Mussolini pelo planejamento estratégico de longo prazo levou a uma subutilização dos recursos disponíveis e ao domínio, na sua elaboração, dos militares e seus interesses pessoais e corporativos. Mussolini, assim, nunca forçou as várias armas a formatarem uma Estratégia militar unificada. As forças armadas faziam planos operacionais, de forma isolada, mas sem articular-se para uma luta unificada contra um adversário claro.

Por fim, o fascismo deixou os interesses corporativos dos militares e da grande indústria atuarem sem maiores freios, o que levou a aquisições desnecessárias, inúteis ou redundantes e a escolhas desastrosas, como o não investimento em porta-aviões e em radar, inteligência naval de baixa qualidade e pouca autonomia tática para os oficiais (MINNITI, 2000). Como bem indicado por John Gooch (2011), o estamento militar, o responsável pela Estratégia militar



do país, falhou enquanto instituição.

Em termos de autonomia institucional, os militares continuaram como representantes do Estado ou da Monarquia ou se converteram em meros instrumentos do fascismo? Como indicado no trabalho de Amedeo Osti Guerrazzi (2010, p. 51-64), a relação entre o fascismo e o Exército ainda é um tema em aberto dentro da historiografia italiana. Os historiadores clássicos, como Renzo De Felice e Giorgio Rochat, afirmaram que houve uma aliança ou, no máximo, subordinação do Exército ao fascismo, sem que ele tenha sido fascistizado, ou seja, conquistado ideologicamente. Nessa perspectiva, o Exército teria cedido algumas prerrogativas para a MVSN e feito concessões pontuais, retendo sua independência.

O estudo de Osti Guerrazzi (2010) e outros, como o de Mario Mondini (2006) deixam claro, contudo, como o Exército - assim como a Marinha (NINNO, 2017) - nunca agiu de forma apolítica, como meros “servidores da pátria”, durante o processo de conquista do poder pelo fascismo e nem depois. Havia uma identidade maior - anticomunismo, militarismo, desprezo pela democracia e pelas forças populares - que permitia o diálogo e a aliança e uma conveniência de interesses que a reforçava. Um pacto tão sólido que só rompeu definitivamente em 1943.

Em termos institucionais, os militares retiveram seus privilégios em termos de orçamento e status e sua autonomia, ainda que a penetração da ideologia fascista no Exército, na Marinha e na Força Aérea tenha se ampliado com o passar do tempo. Mesmo assim, a retenção da capacidade de ação independente é comprovável tanto no Exército e na Marinha, como na Força Aérea. Por muito tempo, aliás, divulgou-se o mito que essa arma tinha sido a grande privilegiada por Mussolini e que era a mais leal a ele, mas isso não corresponde à realidade. Mesmo o seu principal líder, Italo Balbo não permitiu, mesmo sendo fascista, que o PNF tivesse excessivo poder entre suas fileiras e sempre é oportuno recordar que, em 1943, nem a Força Aérea nem a Marinha, salvo unidades isoladas, reagiram ao golpe articulado pelo Exército e por outras forças contra o regime (ALEGI, 2005; GRASSIA, 2016).

Em termos políticos, o grande ator era realmente o Exército. Ele tinha uma tradição como sustentáculo do Estado e da Monarquia e, ao contar com os maiores efetivos e controlar o território, era a grande força a ser levada em conta no jogo político; a maior manifestação castrense do poder do Estado tradicional. Essa é a razão porque, nas páginas a seguir, é ele, entre as várias forças armadas, o protagonista mais mencionado, já que central nos equilíbrios



de poder.

### **Milícias e Exército. Conflitos e alianças no bloco de poder fascista, 1922-1941**

A conformação do bloco de poder fascista e os privilégios dados aos militares se refletiram na questão dos esquadristas e milicianos dentro do partido e na sua relação com as forças armadas, especialmente com o Exército. Os esquadristas haviam sido fundamentais para a conquista do poder, ao menos enquanto arma de propaganda, socialização e intimidação dos adversários. Não eram rivais para as Forças Armadas, mas, mesmo assim, eram um perigo potencial para Mussolini, já que sua independência frente ao partido gerava problemas para a sua liderança. Outro desafio era que, dentro do sistema construído por Mussolini, previa-se, como já indicado, a aliança com as forças conservadoras – como a Monarquia, as Forças Armadas e outras forças do Estado – e isso implicava em anular quaisquer ambições milicianas de substituírem os militares e policiais como os que exerciam a violência legítima dentro do regime. A solução de Mussolini foi agrupar os bandos dispersos de esquadristas (assim como as milícias nacionalistas) dentro de uma nova instituição – a *Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale* (MVSN), em 1923, e a incorporação desta ao aparelho do Estado, em 1924 (REICHARDT, 2009).

Alguns líderes da MVSN afirmavam, depois de 1945, que, a partir de 1923, ela não passava de mais uma das forças armadas italianas e que as diferenças e conflitos entre elas eram simplesmente ocasionais, de disputas por orçamento, prerrogativas e carreiras. Isso, aliás, explicaria a razão de ela não ter se oposto à deposição de Mussolini em 1943, já que se veriam como forças de defesa da pátria e não do fascismo (GALBIATI, 1950, p. 23-25; LUCAS; VECCHI, 1976, p. 23-28). Isso é questionável. Mesmo com a incorporação oficial ao Estado, a MVSN continuava a ser, em essência, oriunda e controlada pelo Partido Fascista, especialmente permeada pela ideologia fascista e suas centenas de legiões milicianas não eram uma força negligenciável em termos políticos.

A subordinação da MVSN ao Exército representou o seu enfraquecimento enquanto arma política - ainda que sua função dentro do regime continuasse importante (POESIO, 2010) - mas não o fim das tensões entre as forças nos anos a seguir. No limite, o alto-comando militar queria a dissolução da MVSN ou que ela se tornasse uma força auxiliar totalmente sob seu controle, enquanto vários fascistas radicais a viam como força de oposição ao Exército (e seu potencial



substituto), em defesa de uma Revolução fascista.

Mussolini, interessado em impedir o crescimento excessivo do poder da MVSN, conseguiu um compromisso: a MVSN passou a ser considerada uma força paramilitar e pertencente ao partido, mas sob controle militar. Nos acordos de Mussolini com o alto-comando militar em 1923-1924, a MVSN pôde continuar existindo, mas como força auxiliar na manutenção da ordem pública (o que, inclusive, liberava o Exército dessa função), mas sem pretensões de substituir o Exército como esteio armado do poder.

Mesmo assim, durante todo o ventênio fascista, ambos os lados tentaram ampliar suas prerrogativas, orçamentos e funções (e sobreviver aos ataques do adversário) e houve discussões contínuas sobre como a MVSN se enquadraria nas forças armadas, sobre a sua autonomia, a equivalência de soldos e postos etc. As idas e vindas, os recuos e avanços foram contínuos. Entre 1928 e 1933, predominou o esforço de integrá-la no Exército como força auxiliar, enquanto em 1933-1936, a tentativa de fazer da MVSN um modelo popular e fascista alternativo ao Exército - projeto sustentado por líderes do PNF, como Roberto Farinacci - ganhou força, para refluir novamente entre 1936 e 1939 (GOOCH, 2011, p. 111-115; ILARI, 1988, p. 312-323; ROSSI, 2004, p. 27-29).

O general Federico Baistrocchi, comandante do Exército entre 1933 e 1936, por exemplo, procurou anular as milícias do partido através da politização limitada do próprio Exército. Ele forçou os oficiais a aderirem ao PNF, a fazerem a saudação fascista e as Academias e escolas receberam um currículo mais permeado da ideologia fascista. Era uma forma de os militares aliviarem a pressão da MVSN para se tornar a grande força armada do regime, já que o Exército assumia essa característica, ao menos na aparência.

A MVSN, contudo, também movia suas peças e teve vitórias. Em 1930, foi autorizada a criação de setenta e dois batalhões de camisas-negras (CCNN), com voluntários mais velhos e depósitos de armas, mas não quartéis. Ela também assumiu funções como força auxiliar, mas dependente da polícia, na manutenção da ordem pública. Ela se tornou um instrumento fundamental para espalhar o fascismo na sociedade e cresceu numericamente: em 1931 ela tinha 25.313 oficiais e 374.144 milicianos, espalhados pela Itália e pelas colônias.

O problema central, para a MVSN, era a sua dificuldade em se tornar uma força militar efetiva (com armamento pesados e formações de assalto). Desde 1861, não havia milícias no sistema militar italiano, tendo sido eliminadas unidades como os garibaldinos e as forças irregulares da burguesia do Mezzogiorno e o Exército resistiu ao máximo ao seu retorno (GUERRAZZI, 2010, p. 84-87)



A MVSN conseguiu vitórias, assumindo as funções de instrução paramilitar dos cidadãos, defesa antiaérea e cursos de oficiais de complemento para estudantes universitários. Com o tempo, também teve batalhões incorporados as divisões do Exército, para substituir a perda de regimentos das divisões binárias e para agradar aos milicianos e diminuir a pressão deles contra o Exército (ILARI, 1988).

A disputa interna não pode ser dissociada, contudo, das agressões externas e guerras promovidas pelo regime. Uma Itália pacífica e sem aventuras no exterior (o que, por si só, seria uma contradição com a ideologia fascista e o seu imperialismo) teria visto uma dinâmica de relacionamento entre as Forças Armadas e as milícias do partido que se aproximaria, provavelmente, dos casos de Portugal ou da Espanha de Franco. As guerras fascistas, contudo, ofereceram oportunidades, chances de vitórias e derrotas que modificaram os termos da relação e agudizaram diferenças e perspectivas.

### **As guerras fascistas e as disputas entre a MVSN e o Exército**

Com efeito, as funções de combate da MVSN foram se ampliando apenas dentro do quadro da agressão externa. Os milicianos entraram em combate na luta contra os rebeldes líbios já em 1923, na Tripolitânia, e essa ação ajudou o corpo a se diferenciar, ganhar algum poder frente ao Exército e a se justificar frente aos que queriam a sua dissolução (ILARI, 1988; LOMBARDI; GALAZZETTI, 2011). Na Líbia, a MVSN ganhou seu espaço, ainda que apenas alguns milhares de homens participassem nas campanhas de reconquista e sua atuação tenha sido discreta.

Outras legiões participaram de manobras militares em 1928 e, a partir de 1930, a cada divisão do Exército foi incorporada, como indicado acima, uma legião, até como forma de compensar a perda de efetivo com a adoção do modelo binário de divisão. A força de combate miliciana, contudo, cresceu muito lentamente e só a guerra de 1935 permitiu uma expansão real, através da mobilização de 132 legiões. Foi quando também a proposta de criar divisões próprias de camisas negras conseguiu superar a resistência dos militares.

A primeira ideia nesse sentido surgiu em julho de 1934, a qual enfrentou a oposição dos militares, só aliviada com a nomeação de Baistrocchi para o comando do Exército. A resistência foi finalmente vencida, em março de 1935, pelo próprio Mussolini, o qual aprovou a ideia de mobilizar divisões inteiras de milicianos, voluntários, para a guerra na África Oriental, de forma a dar uma



comprovação real à sua alegação de que era uma guerra fascista e popular.

O Exército acabou por aceitar a ideia, mas ele forneceu às divisões o comandante, o vice-comandante, o Estado Maior, os serviços logísticos, a artilharia e os engenheiros, enquanto os milicianos entravam com a infantaria e as baterias de canhões 65/17 manejadas pelo pessoal da milícia antiaérea (ILARI, 1988, p. 325).

Dessa forma, para o conflito na Etiópia, foram criadas sete divisões (das quais uma na Líbia) e 115.855 milicianos foram para a linha de frente, frente a um total de 377.750 militares. A MVSN controlava também, na Itália, a seleção para as centúrias operárias, dos quais 100 mil homens foram enviados para a África em funções de apoio. Tais divisões foram as 1ª CCNN “23 Marzo”, 2ª CCNN “28 Ottobre”, 3ª CCNN “21 Aprile”, 4ª CCNN “3 Gennaio”, 5ª CCNN “1 Febbraio”, 6ª (CCCC) “Tevere” e a 7ª CCNN “Cirene”, com sessenta e sete batalhões de fuzileiros, seis de metralhadoras, dez de complemento, um de milicianos florestais, dezenove companhias de metralhadoras e dezenove de apoio.

As divisões milicianas eram, em essência, forças de infantaria ligeira e os militares temiam por elas, dado o baixo treinamento, pouca disciplina etc. Mesmo assim, tiveram que aceitá-las e dotá-las de material que fazia falta a eles próprios. O Exército também cedeu a elas inúmeros oficiais, a maioria para funções de comando, artilharia, engenheiros etc.

Durante a guerra africana, as tropas de camisas negras não se destacaram no campo de batalha, ainda que algumas unidades tenham combatido bem (BERTONHA, 2018; 2021d; GATTI, 2005, 2007, 2008). A MVSN teve, contudo, uma vitória política. Pela primeira vez, ela pôde formar divisões completas para o combate e, apesar da desconfiança militar prosseguir, ela reafirmou a sua independência, tanto que, através de uma lei de 29/3/1936, suas forças não ficaram mais subordinadas ao Exército, mas ao Comando Supremo (GUERRAZZI, 2010, p. 88-90).

Na Guerra Civil Espanhola, os membros da MVSN tiveram, novamente, papel importante. Em fins de 1936, os três mil primeiros camisas negras chegaram à Espanha e, em fevereiro de 1937, já havia efetivo para a organização de 3 divisões: 1 “Dio lo vuole”, 2 “Fiamme Nere” e 3 “Penne Nere”. Depois da derrota em Guadalajara, a primeira divisão foi dissolvida e, logo depois, as outras se fundiram, para também serem dissolvidas em outubro de 1938. A partir de então, as forças milicianas foram incorporadas à três brigadas mistas ítalo-espanholas: “Frecce Nere”, “Frecce Azzurre”, “Frecce Verdi” (CROCIANI; BATTISTELLI, 2011, p. 21-22). No total, dos 78.000 italianos lutaram na Guerra



Civil Espanhola, 45.000 eram do Exército e 29.000 da MVSN (RODRIGO, 2016, p. 32).

O historiador Javier Rodrigo (2016) afirma que a intervenção italiana da Espanha teve um forte viés ideológico, de expansão da ideologia fascista, pelo que foi a MVSN a primeira a ser enviada para a frente de combate, além de representar boa parte dos efetivos. É uma hipótese a considerar, inclusive, se a MVSN não teria pressionado pelo envio de suas forças para a Espanha, de forma a consolidar a força política e militar que tinha sido ampliada na Etiópia.

A derrota em Guadalajara, portanto, foi particularmente decepcionante tanto para o regime como para a própria MVSN, pois suas forças - que formavam o grosso das tropas em ação nessa batalha - teria se revelado despreparada e pouco motivada, obrigando a uma intervenção do Exército, que assumiu o comando da intervenção e enviou mais homens e equipamentos.

Na verdade, é possível hipotizar que a derrota em Guadalajara tenha explicações mais técnicas do que políticas, como o pouco poder de fogo e a excessiva leveza das unidades italianas. No entanto, é fato que a MVSN saiu da Espanha com seu prestígio arranhado, enquanto o do Exército era ampliado. Na Espanha, portanto, ao contrário da Etiópia, as forças da MVSN tiveram desempenho pífio e a tensão entre elas e os militares se intensificou. Isso prejudicou o seu crescimento e fez o processo de controle, pelos militares, voltar a se acelerar (ILARI, 1988, p. 326-330).

Após o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, forças de camisas negras participaram da ocupação da Albânia e recriaram-se quatro divisões de camisas negras para uso na África do Norte. O projeto da MVSN ao recriar suas divisões parece ter sido o de recuperar o prestígio perdido na Espanha e o protagonismo frente ao Exército (ILARI, 1988, p. 330), mas elas foram destruídas pelos ingleses já em 1940.

No mesmo ano, já haviam sido mobilizados 72 batalhões de milicianos, a maior parte dos quais enquadrados nas divisões do Exército. Em 1941, esse número havia atingido 197 batalhões, dos quais 87 tinham sido destruídos em combate ou dissolvidos. Em 1942, a MVSN dispunha de apenas 105 batalhões disponíveis e apenas vinte e oito legiões tinham efetivo completo (CROCIANI; BATTISTELLI, 2011, p. 33).

Essas perdas imensas são um indicativo de como a MVSN lutou intensamente durante a Segunda Guerra Mundial. Na África e Rússia, geralmente como batalhões de infantaria regular, agregados às divisões do Exército. Nos Balcãs, foram empregadas em ações de contraguerrilha, sendo especialmente brutais



e tendo sido responsáveis pela escalada da violência na região. Os militares também cometeram atrocidades contra os civis, mas, segundo o importante estudo de Rossi (2004), os milicianos foram ainda piores, seguindo um padrão que viria desde a Líbia, Etiópia e Espanha.

Esse é um tópico interessante. Se havia um esforço contínuo, na MVSN, para demonstrar-se como uma força superior e diferente do Exército, a brutalidade exagerada contra os civis poderia ser vista também como justamente uma tentativa de diferenciação. Demonstrar-se como capaz de qualquer violência, mesmo contra civis italianos ou nos países ocupados, e de uma fidelidade total ao regime mesmo após as contínuas derrotas poderia ser um elemento fundamental para novamente apresentar-se como um rival à altura do Exército, especialmente frente à visível perda de entusiasmo pela luta deste logo nos primeiros anos da guerra.

A disposição em suportar perdas ainda mais pesadas do que as do Exército também poderia se enquadrar nesse esforço. Os nostálgicos do fascismo celebram essas perdas justamente como prova de maior patriotismo e disposição de morrer pela pátria, enquanto as organizações militares explicam o número menor de baixas (proporcionalmente) entre os militares pelo seu maior profissionalismo e pelo melhor armamento. Os militares estão provavelmente corretos nesse ponto, mas, ao transformar defeito (baixo profissionalismo e habilidade militar) em virtude (sacrifício pelo ideal fascista), os milicianos estavam, novamente, procurando reverter o perdido em Guadalajara em 1937 e na África do Norte em 1940 e se cacifar novamente como a grande força armada da Itália Fascista.

Fica indicado, pelo exposto acima, que as milícias se tornaram uma parte essencial do aparato militar italiano durante o fascismo. Também se percebe que havia concorrência e disputas entre os milicianos e os militares seja em tempos de paz seja, especialmente, em tempos de guerra. Muito mais complicado é identificar o grau desses conflitos e, especialmente, a sua origem.

Osti Guerrazzi (2010, p. 84-87) está correto quando afirma que não havia uma oposição radical, em termos ideológicos, entre a MVSN e Exército e que boa parte do conflito entre as forças foi, por quase todo o período fascista, por prerrogativas, privilégios e orçamento. No entanto, elas não eram – nem ideologicamente nem em termos de instituições – iguais e disputavam algo muito mais importante, ou seja, o monopólio da violência no regime. Essa



tensão foi permanente, mas oscilou, até atingir um ponto de ruptura com a Segunda Guerra Mundial. O próprio Osti Guerrazzi (2010, p. 91-94) reconhece que o período entre 1940-1943 foi particular.

Essa temporalidade reforça a hipótese com que trabalho, ou seja, que as guerras fascistas (Líbia, Etiópia, Espanha, Segunda Guerra Mundial) radicalizaram e tornaram mais complexa a relação entre militares e milicianos. As duas primeiras deram espaço à MVSN, enquanto a Espanha e a primeira fase da Segunda Guerra Mundial (1940-1941) a reduziu. Já a partir de 1941, com a crise do regime, essa relação se tornou muito mais politizada, rompendo-se a ambiguidade anterior.

A proposta dos batalhões M foi um desdobramento dessa situação. Com novas armas, reorganização operacional e fanatismo ideológico, seriam capazes de combater os Aliados ocidentais e a União Soviética com uma força avassaladora, proteger o regime dos seus inimigos internos e, no limite, substituiriam ao Exército como a grande força armada italiana. Na minha interpretação, os batalhões M foram mais um capítulo da luta entre Exército e MVSN que havia se iniciado em 1923 e ainda estava em andamento.

### **Os batalhões M, a divisão M e a radicalização da crise entre Exército e MVSN**

Os batalhões da MVSN eram, em essência infantaria leve e, mesmo agrupados em unidades maiores, como legiões, não tinham o poder de fogo necessário para funcionar como seus equivalentes do Exército. Este, justamente por isso, os utilizava apenas para atividades de apoio ou segurança de retaguarda.

Já em 1940, depois da destruição das quatro divisões de CCNN, houve propostas de criar outras grandes unidades selecionadas para emprego em combate A *Gioventù Italiana del Littorio*, por exemplo, recrutou uma força de 24.000 jovens em 1940 e os quis mandar para a guerra na África como uma unidade. Em 1941, umas poucas unidades foram enviadas à África, como apoio ao Exército, onde enfrentaram os ingleses. Em 1942, por propaganda, eles foram reorganizados como *Divisione Corazzata Giovani Fascisti*, que só existiu praticamente no papel e foi dissolvida no ano seguinte (ROCHAT, 2007, p. 132-133).

Com o passar do tempo, a MVSN adotou mudanças para tentar melhorar a eficiência das suas forças. Os agrupamentos de batalhões e, depois, de legiões, criados a partir da invasão da Grécia, eram uma solução tática melhor, pois



permitia a incorporação de unidades de apoio, funcionando como uma força equivalente a uma brigada. Outra inovação foi a criação dos batalhões M (de Mussolini).

Esses batalhões foram criados em setembro de 1941 a partir de alguns batalhões de milicianos que haviam se destacado na invasão da Grécia, os do agrupamento Galbiati e a 15ª Legião “Leonessa”. Outros batalhões que haviam combatido de forma valorosa na Rússia ou que estavam em treinamento para a invasão, nunca efetivada, de Malta, também foram alçados a tal categoria.

No total, vinte e dois batalhões M foram criados, dos quais a metade foi enviada para a Rússia em dois agrupamentos, o 3 Gennaio e o 23 Marzo (FABEI, 2014, p. 181-208). Outros seis lutaram na península balcânica, contra os guerrilheiros e os quatro destinados à Malta foram designados para a defesa da Córsega. Um se rendeu na Tunísia. Uma legião M – a Guardia del Duce – foi formada após a rendição italiana.

Esses batalhões representaram uma melhoria técnica e tática em comparação às unidades anteriores da MVSN. Eles eram maiores do que os batalhões tradicionais, incorporavam mais armamento e unidades de apoio e recebiam um treinamento mais demorado. Além disso, incorporavam soldados veteranos e de reconhecida fé fascista, o que lhes dava mais coesão e eficiência. Combateram em condições duras na Rússia e nos Balcãs - inclusive praticando inúmeras atrocidades -, e com perdas imensas. Sua maior disposição à luta acabou por fazê-los se sentir uma elite, tanto frente aos outros milicianos, como frente ao Exército, que tentou, dentro do possível, dificultar o seu surgimento (CROCIANI; BATTISTELLI, 2011, p. 37-48; FATUTTA, 1992).

Esse é um ponto interessante. Os batalhões M reuniam os milicianos mais ideologicamente motivados e a mística ao seu redor enfatizava temas mais propriamente fascistas, como o anticomunismo e a fé cega no regime. Num contexto em que o bloco de poder fascista começava a fraturar e em que as tensões entre o Exército e a MVSN se tornavam cada vez mais ideológicas, não espanta que os militares tenham feito o possível para obstaculizar o seu desenvolvimento (FELICE, 1996, p. 909-910).

Crucial, para a nossa discussão, é pensar as razões para a criação desses batalhões. A MVSN procurava simplesmente melhorar a eficiência em combate de suas forças por patriotismo ou por motivos políticos, para aumentar seu cacife frente ao Exército ou, até mesmo, para criar uma força capaz de proteger o regime? E os militares, que dificultaram a sua formação, o faziam por ciúmes, para evitar o surgimento de uma força militar mais eficiente e rival que



diminuiria o seu prestígio ou por já identificarem ali uma unidade pretoriana com a qual teriam de lidar em plena crise entre partido e Monarquia?

Segundo Renzo de Felice (1996, p.1027-1028), a necessidade de uma guarda para o PNF estava entre as prioridades desse em 1942 e 1943. Já em 1942, começou uma pressão de setores do partido para que os batalhões M tivessem também uma função interna, de repressão aos dissidentes. Depois, no início de 1943, sugeriu-se a criação de uma unidade chamada *Guardia ai Labari*, a qual deveria ter o fim específico de guarda do regime, nos moldes da SS alemã. O então comandante da MVSN, Enzo Galbiati, além disso, teria tomado medidas para garantir que ela aumentasse a sua vigilância entre os italianos, pois a moral nacional estaria em colapso. Mussolini, contudo, não teria desejado entrar em contraste com o rei e os militares e teria obstaculizado a sua criação (FELICE, 1996, p. 1026-1030).

Ilari (1988, p. 331-340) vai sugerir que o modelo inicial dos “M” seria o dos *arditi* da Primeira Guerra Mundial, mas que o projeto de fazer deles “soldados-políticos” aos moldes da Waffen-SS logo predominou. Voltarei ao tema do exemplo alemão a seguir. Cernuschi (2004a, 2004b) também segue essa proposta de que a criação dos “M” foi um tema político acima de tudo.

A base documental deixa muitas dúvidas. O diário do general Ugo Cavallero (1984, p. 34-35, 200-201), chefe do Estado-Maior do Exército indica como a discussão sobre a necessidade de criar unidades de elite a partir das melhores unidades da MVSN já estava ocorrendo em 1942. Elas deveriam ser montadas a partir do modelo das Waffen-SS alemã, com pessoal física e ideologicamente idôneo. Tais unidades deveriam ser empregadas na Rússia e também para a defesa da Revolução fascista, mas as discussões com Galbiati parecem indicar uma ênfase no papel em combate. Curiosamente, os papéis parecem invertidos, pois, segundo a entrada de 19 de setembro, Galbiati os queria na frente de combate enquanto Cavallero os preferia como polícia política. Isso pode indicar simplesmente que a ruptura política entre o Exército e a MVSN ainda não havia se completado em 1942 e que os batalhões M ainda eram vistos como força de ação externa e interna, sem necessariamente se contrapor ao Exército.

O próprio Galbiati (1950), contudo, escreveu que, apesar dos batalhões M terem sido criados, nas suas palavras, para que a MVSN pudesse melhor defender a Itália e com o apoio dos militares, o seu surgimento gerou desconforto na Monarquia, entre os militares (que passaram a obstaculizar o projeto) e no próprio Mussolini, que não queria problemas com o rei e o Exército, o que reforça a análise de De Felice apresentada acima. Andrea Rossi (2004, p. 69-70)



também indica o fato subestimado que Mussolini temia o crescimento do poder da MVSN representado pelos M, pois isso poderia levar a um questionamento da sua liderança. Conhecendo a estrutura interna do regime fascista, tal hipótese faria sentido.

A criação dos batalhões M foi efeito das derrotas italianas em campo de batalha, da crescente crise do bloco de poder fascista e entre os militares e os milicianos. Ao mesmo tempo, sua criação aumentou as desconfianças e acelerou o processo de rompimento entre o partido e o Estado e entre o Exército e a MVSN. O projeto da divisão M, mesmo que abortado, foi outro passo nesse processo.

A 1ª *Divisione Corazzata di Camicie Nere "M"* ou simplesmente "Divisão "M" (de Mussolini) tem uma história tão rápida como cheia de perguntas e interrogações. A unidade foi criada oficialmente em 25 de junho de 1943<sup>2</sup>, mas ela já estava em treinamento desde maio desse ano. Formada por remanescentes veteranos dos batalhões M, ela recebeu armamento alemão de primeira qualidade e estava em fase de constituição e adestramento quando do fim do fascismo (CROCIANI; BATTISTELLI, 2011, p. 38). Ela não reagiu à deposição de Mussolini e, renomeada *136ª Divisione Corazzata "Centauro II"*, não participou da defesa de Roma contra os alemães, sendo dissolvida em setembro de 1943.

A M ainda é pouco conhecida, mesmo pela historiografia italiana (ROSSI, 2003, 2004), tanto que escrevi um artigo específico sobre ela (BERTONHA, 2021a), o qual dialoga e complementa o presente. Para a presente discussão, contudo, basta recordar como a constituição de uma divisão blindada de milicianos fascistas representou um momento de virada nas relações entre o Estado italiano e o Partido Fascista e entre os militares e as milícias.

Ainda que o tema esteja aberto ao debate, há evidências suficientes para afirmar que a divisão surgiu com um propósito essencialmente político, de guarda do regime, aprofundando ainda mais a experiência dos batalhões M. A proposta para a criação da divisão teria vindo de lideranças do partido (como Scorza, Farinacci e Galbiati) e enviada à Mussolini. Esse, contudo, apesar de já ter pensado na questão, hesitou e teria sido Hitler a pressioná-lo para a sua criação, até porque os alemães haviam reconhecido a fragilidade política do fascismo e considerado essencial reforça-la com uma guarda armada totalmente fiel ao regime (FABEI, 2014, p. 209-258; ROSSI, 2003, p. 15-17, 2004, p. 70-71). Mussolini hesitou novamente, em 1943, quando do golpe contra o seu governo, em convocar a divisão para enfrentar as forças monárquicas.

Nessas hesitações, o Mussolini que emerge é alguém despreocupado com



a política interna e até ingênuo, que queria a unidade na linha de frente, em defesa da Itália, cobrindo-se de glória. A explicação de Renzo de Felice (1996, p. 907-909) é mais nuançada e próxima da realidade. Longe de ser um ingênuo, Mussolini ponderava cuidadosamente sobre o futuro do seu regime. Ele hesitou porque criar ou utilizar a divisão significava o rompimento definitivo do frágil equilíbrio entre o fascismo, a Monarquia e as Forças Armadas. Ele teria consciência do caráter fundamentalmente político que a divisão M assumiria e teria tentado evitar uma crise do regime. O fato de ele ter se oposto à criação de uma grande unidade de elite da MVSN e, poucos meses depois, ter mudado de opinião, sugere que ele estava sentindo que a crise do regime estava por se tornar inevitável e que a M se tornava essencial para a sua sobrevivência.

Os alemães pressionavam, nesse contexto, para que Mussolini saísse da sua hesitação, assumisse que sua aliança com a Monarquia estava entrando em colapso e se preparasse para isso através da criação de uma unidade de elite, capaz de proteger e defender o regime. Quando ele finalmente se decidiu, os alemães foram rápidos para atender o pedido de armas e não espanta que as negociações tenham sido da MVSN diretamente com as SS.

Eles não foram mais rápidos, contudo, que a deterioração do regime, pois a M estava ainda em processo de treinamento quando do golpe de 25 de julho; é possível hipotizar que Mussolini, apesar de ter tensionado ainda mais seu bloco de poder, ainda não estava disposto ao conflito final.

A tensão entre partido e Monarquia e entre a MVSN e Exército havia, em 1943, chegado ao limite do rompimento. Mussolini, contudo, parece ter tido, ainda, esperanças de que algum tipo de acordo era possível e não quis arriscar um confronto direto que o deixaria nas mãos do partido. Desde 1923, ele havia tentado impedir que a sua ditadura pessoal virasse uma do partido e da MVSN na qual ele podia se tornar supérfluo. Em 1943, seu bloco de poder estava ruindo, mas ele parece ter tido esperanças de que ainda seria possível uma recomposição. Chamar a M para enfrentar as tropas do Exército nas ruas de Roma tornaria isso impossível e ele preferiu não o fazer, o que, no limite, levou a sua queda.

Apenas depois do colapso final do regime e da criação da *Repubblica Sociale Italiana* é que o acúmulo de tensões o fez romper os vínculos com o rei e o antigo Exército real. Mesmo assim, como indica a experiência da *Guardia Nazionale Repubblicana* e das *Waffen-SS* italianas, não de forma absoluta.



## A Guardia Nazionale Repubblicana e a Waffen-SS italianas

Com o colapso do fascismo, 56 divisões do antigo Exército italiano foram desarmadas pelos alemães e imediatamente começou-se a discutir o caráter das novas forças militares e policiais a serem construídas. O partido procurou reforçar o seu poder frente ao Estado (fundindo, por exemplo, os poderes locais dos representantes do Estado e do partido numa única pessoa, o *capo della província* – NUCCI, 2014) garantir que, a partir de então, as forças militares estivessem sob seu controle direto. A ideia inicial era que fossem reconstruídas as unidades da MVSN e a partir dela surgissem as forças militares da República. Era uma forma de se destacar do Exército e continuar a tradição milicianiana. O comandante da *Opera Nazionale Balila*, Renato Ricci, deveria assumir o comando e ele chegou a prever, em 30 de setembro de 1943 a criação de divisões inteiras de milicianos ao moldes das Waffen-SS.

O projeto, com o apoio de Pavolini, iria fazer surgir um Exército político, fascista, mas, justamente por isso, enfrentou resistência. Os antigos membros da MVSN temiam perder protagonismo frente aos jovens; os militares leais a Mussolini, como Graziani e Canevari, queriam um novo Exército, fiel ao Estado e não ao partido e o próprio Mussolini parece ter temido os efeitos políticos de tal proposta.

Ao final, decidiu-se pela criação de forças armadas regulares, até para dar a entender que a República era a continuidade do Estado italiano e não apenas um Estado satélite alemão. Formaram-se quatro divisões regulares, além de forças navais e aéreas e unidades independentes para luta contra a guerrilha. Muitas delas, como a (X MAS), operaram de forma independente do comando fascista, estando sob a dependência direta dos alemães, o que gerou imensos conflitos de competência.

O novo *Partito Fascista Repubblicano* conseguiu, contudo, criar uma milícia própria: a *Guardia Nazionale Repubblicana*, fundada em novembro de 1943. Ela reunia a antiga MSVN (incluindo os antigos batalhões M), os *carabinieri* que haviam permanecido leais e a antiga *Polizia dell’Africa Italiana*. Era subordinada diretamente a Mussolini, com orçamento e administração autônoma dos militares, mas eram mais forças de segurança interna (para a luta contra os *partigiani*) do que unidades efetivas de combate. No início de 1944, a GNR tinha cerca de 140 mil homens (BATTISTELLI; MOLINARI, 2007, p. 107-112; FALANGA, 2011, p. 313-317; ILARI, 1988, p. 331-340).

Seu comandante, Riccardo Ricci, contudo, não desistiu de um componente

João Fabio Bertonha  
O monopólio da violência no fascismo italiano.  
As Forças Armadas, a MVSN e as relações entre  
partido e Estado na Itália de Mussolini



propriamente militar e criou a *Guardia Giovanile Repubblicana*, reunindo jovens de 17 a 20 anos e que deveriam ter funções tanto de segurança como de combate. O projeto não avançou muito, tanto pela desconfiança dos militares como dos próprios alemães, que se sentiam mais confortáveis trabalhando com o novo Exército.

Ao mesmo tempo, novamente em um esforço para criar uma unidade militar autônoma, a *Guardia Nazionale Repubblicana* (GNR) começou a formatar uma divisão própria, a divisão antiaérea e antiparaquedistas GNR Etna. Em agosto de 1944, várias das unidades acima mencionadas foram transferidas para a divisão, que, com 7.000 homens, começou a tomar forma. Nesse momento, a pressão alemã para que os italianos conseguissem efetivos para reforçar a sua arma antiaérea fez o Marechal Graziani pressionar para que a Etna fosse dissolvida e seus homens enviados para as unidades alemãs. Era uma forma de aliviar a pressão sobre o Exército e também de impedir a formação de uma grande unidade miliciana com poder de combate reduzido, mas efetivo. Riccardo Ricci foi exonerado por resistir e o episódio indica como, mesmo em um momento desesperador, a luta entre militares e milicianos não diminuía, senão o contrário, e que os militares, novamente, venceram o conflito (BATTISTELLI; MOLINARI, 2007, p. 122-126). Dois desdobramentos emergiram dessa nova derrota dos milicianos frente aos militares: a adesão de muitos italianos às *Waffen-SS* e a formação das *Brigate Nere*.

Na Itália ocupada, os alemães formaram vários batalhões policiais e auxiliares, recrutando tirolezes de fala alemã e também italianos, a maioria ex-prisioneiros de guerra ou oriundos de unidades milicianas que haviam se unido aos alemães depois do armistício. Vários desses homens acabaram confluindo para formar as primeiras unidades *Waffen-SS* italianas. Em 15 de junho de 1944, formou-se o primeiro batalhão, que se tornou brigada em setembro e divisão em janeiro de 1945 (BATTISTELLI; MOLINARI, 2007, p. 209-213). Pode-se hipotizar que vários dos voluntários para essas divisões de *SS* o fizeram por desejo de combater em unidades mais politizadas e ideologicamente definidas.

Outro desdobramento, ainda em 1944, foi a formação das *Brigate Nere*, unidades especiais, ligadas diretamente ao *Partito Fascista Repubblicano*, para a proteção dos hierarcas fascistas e também para a repressão aos antifascistas. Conforme indicado por Illari (1988, p. 331-340) e, especialmente, Gagliani (1999), as *Brigate Nere* foram o retorno final do fascismo ao esquadrismo e a violência e um espaço onde, finalmente, os milicianos adquiriram real independência e liberdade de ação; a força fascista mais politizada.



A *Guardia Nazionale Repubblicana* foi, num certo sentido, a evolução natural das Legiões M e da Divisão M. Ela tinha como meta se tornar uma força policial e militar, totalmente politizada e, como admitido pelos próprios simpatizantes (CAPPELARI, 2013, 2017a, 2017b), seu modelo eram as Waffen-SS. O seu potencial nunca pôde ser atingido, contudo, tanto por falta de recursos como porque a luta interna contra os militares nunca foi superada nem vencida totalmente, o que levou ao menos alguns de seus membros a procurarem alternativas fora dela. Seja lutando nas Waffen-SS italianas, seja nas *Brigate Nere*, os fascistas encontraram um espaço de independência frente ao Exército e o Estado. No quadro mais amplo, contudo, os militares novamente triunfaram frente aos milicianos, o que forma um contraste notável com o caso alemão.

### O caso alemão

Como indicado acima, os conflitos entre partido e Estado e entre inúmeras organizações e grupos de interesse foram comuns no universo do fascismo. No caso alemão, isso não foi diferente e a historiografia moderna indica com clareza como o regime contrapunha uma liderança única com uma constelação de grupos rivais, oriundos do Estado, do partido e de impérios pessoais. Os órgãos do partido se sobrepunham aos do Estado, se articulavam com eles ou disputavam entre si, numa constelação de poder que alguns chegaram a chamar de quase feudal (FONSECA, 2012). Mesmo assim, o sistema nazista funcionava, tanto que suas práticas genocidas foram colocadas em prática com brutal eficiência.

Isso parece uma contradição e a historiografia oscila entre privilegiar um ou outro lado: caos apesar dos esforços centralizadores, ou centralização, mas dentro de uma essência caótica. Basta recordar, aqui, a discussão clássica entre os que viam no caos nazista um regime débil, longe do totalitarismo, e com uma liderança, de Hitler, fraca, como Broznat e Mommsen, e os que consideraram, como Bracher, que o *Fuhrerprinzip* permitia que a multiplicidade de atores em atuação tivesse um foco e agisse de forma unificada ao menos em termos gerais (GONZÁLEZ CALLEJA, 2012, p. 32). Dado o fato que, apesar de tudo, o nazismo conseguiu se manter no poder até o fim e colocar em prática os seus programas, é provável que a segunda opção seja a mais correta.

A concepção nazista de Estado - que o subordinava ao partido (MORAES, 2007) - também é fator explicativo de importância. Se, como visto, o fascismo italiano tendia a anular o partido no Estado, a perspectiva nazista era a de que o Estado



era um instrumento a serviço da ideologia, com o partido tendo precedência e servindo, inclusive, para a transformação do Estado. O princípio da autoridade também diminuía a distância entre partido e Estado e reforçava a união entre ambos. Na Alemanha, dessa forma, houve uma alteração do equilíbrio de forças em direção ao Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) desde a consolidação do regime nazista e, especialmente, na fase final da Segunda Guerra Mundial. Isso aconteceu em todas as esferas de ação pública, mas com especial força no sistema de segurança, entre os militares e policiais.

No caso dos militares, havia uma rivalidade entre eles e a milícia do NSDAP, a *Sturmabteilung* (SA). Para a SA, a revolução nazista deveria implicar em uma substituição dos militares – elitistas e reacionários, no seu entendimento – por um novo Exército popular e ideológico, a SA. Do mesmo modo, os acordos feitos por Hitler com as forças conservadoras e com o grande empresariado para garantir a sua ascensão ao poder soavam como traição para muitos da SA, o que levou à indisciplina e a atos de rebeldia. Em 1930-1931, por exemplo, a SA de Berlim, sob a liderança de Walter Stennes, se rebelou abertamente contra Hitler.

A SA, na verdade, tinha sido sempre uma força independente até mesmo frente ao próprio partido, com hierarquia e estrutura próprias. Ela era a milícia nazista, não do partido nazista, e isso a convertia numa ameaça potencial ao partido e ao próprio Hitler. Para aplacar as reservas dos militares e garantir o seu próprio poder, Hitler utilizou a força contra a sua própria milícia.<sup>3</sup>

O golpe final contra elas veio em 1934, através de uma outra força oriunda do partido, mas cuja disciplina e obediência impedia problemas maiores: a *Schutzstaffel* (SS). Criada ainda nos anos 1920 como a guarda pessoal de Hitler, ela foi crucial para decapitar, pelo assassinato, a liderança da SA e transformá-la numa força meramente decorativa. A SS, assim, não apenas nunca se tornou formalmente um órgão do Estado (apesar de ter suas despesas pagas por ele), como acabou por adquirir uma autonomia cada vez maior, já que não estava subordinada nem mesmo ao NSDAP.

Em outras palavras, como indicado por Reichardt (2009), tanto a MVSN quanto as SA tinham imensa autonomia no início, gerando disputas que tanto Mussolini como Hitler tiveram que resolver. Mussolini optou por colocá-las sob o controle do Estado, enquanto Hitler as eliminou e criou outra força, a SS, para agir, independente tanto do partido como do Estado. Uma diferença chave, que refletia as diferentes perspectivas dos dois modelos de fascismo e que teve implicações políticas de monta na hora de uma crise de legitimidade.



Desde 1933, apesar da sua vitória sobre a SA, a posição dos militares foi sendo limitada e controlada. Eles continuaram comandando a essência das forças militares, reunidas na Wehrmacht, mas Hitler foi capaz de anular a sua autonomia. Em primeiro lugar, ele conseguiu substituir os oficiais superiores, especialmente no Alto-Comando, por outros submissos a Hitler e ao NSDAP. O que começou com o caso “Fritsch-Blomberg”, que deu o comando do aparato militar diretamente a Hitler, continuou nos anos a seguir e Hitler conseguiu, até mesmo, que os militares prestassem um juramento de fidelidade diretamente a ele. O controle do partido e da SS sobre o aparato militar aumentou ainda mais depois da tentativa de golpe militar em 1944.

Isso, contudo, não bastava e era importante dividir o poder das armas entre diversos comandos e instituições. Não apenas se estimulou a rivalidade entre Exército, Marinha e Força Aérea, como criou-se uma nova força armada, totalmente politizada e ligada ao partido, ainda que não subordinada diretamente a ele: a Waffen-SS. Criada formalmente em 1940 – mas com suas primeiras unidades, em nível de regimento, tendo se constituído já anos antes, com o nome de *SS-Verfügungstruppen* – a Waffen-SS se desenvolveu ao ponto de se tornar um força militar de peso, totalizando 38 divisões, com mais de 900 mil homens, em 1945.

A maioria dessas divisões era de forças policiais, para a luta contra a guerrilha, criadas ao final da guerra, com voluntários estrangeiros pouco motivados ou mesmo recrutados à força. Ao menos algumas de suas divisões, contudo, eram unidades de elite, capazes de sustentar um combate, se necessário, contra as forças do Exército, o que lhes dava, obviamente, poder político. Os militares, mesmo com milhões de homens sob o seu comando, perderam a precedência política e acabaram subordinados dentro do aparelho do Estado.<sup>4</sup>

Eles não foram, cumpre ressaltar, vítimas inocentes do nazismo, já que apoiaram o regime por todo o período, lutando até o fim por ele e cometendo atrocidades imensas em nome da ideologia nazista. A separação entre uma Wehrmacht de militares profissionais e honrados e uma Waffen-SS bárbara é, com certeza, um mito. Por outro lado, é fundamental recordar que as duas forças não se tornaram uma em termos ideológicos e institucionais e que a capacidade de ação autônoma do Exército foi se tornando cada vez menor, como indicado pelo frustrado golpe de 1944. Isso, com certeza, ajuda a explicar a resistência alemã até o final, quando a maior parte dos que combatiam na linha de frente sabiam que a guerra já estava perdida. Apesar do seu fracasso em última instância (pois a Itália Fascista continuou viva ainda por dois anos),



João Fabio Bertonha  
O monopólio da violência no fascismo italiano.  
As Forças Armadas, a MVSN e as relações entre  
partido e Estado na Itália de Mussolini

o golpe de 1943 foi bem sucedido na Itália, enquanto o golpe do coronel von Stauffenberg um ano depois falhou, o que se explica, ao menos em parte, pelo fato dos nazistas controlarem os militares alemães com muito mais eficiência do que seus análogos italianos.

### **Considerações finais**

Trabalhar com o tema das forças armadas e milicianas nos regimes fascistas traz desafios particulares. Em primeiro lugar, porque o próprio sistema partido/Estado que caracteriza esses regimes os torna inerentemente caóticos e instáveis, o que diminui a coesão institucional dos seus organismos componentes. Se as instituições militares e partidárias, em qualquer sistema político, tem divisões internas e autonomia relativa, isso se torna ainda mais complexo em um regime fascista, pois a própria politização em viés totalitário promovida por ele amplia e torna mais agudas essas divisões entre as forças e no seu interior. Isso explica, aliás, porque, em linhas gerais, os militares olharam com desconfiança para os fascistas, temendo por sua integridade e coesão institucional. Sendo possível, os militares normalmente preferiam apoiar, em caso de rompimento da ordem liberal, uma ditadura militar ou autoritária no lugar de uma fascista, como indicam inúmeros casos na Europa Mediterrânea, na América Latina e na Europa Oriental durante o período entre as duas guerras mundiais.

Em segundo lugar, a própria questão do monopólio estatal da violência adquire caracteres especiais em regimes baseados no culto da violência e no conceito de guerra total. A aplicabilidade desse conceito requer efetivamente alguns cuidados quando pensamos nos regimes fascistas, pois a violência se torna um elemento central da vida política e social. Mesmo assim, consideramos que o tópico continuou sendo fundamental dentro da lógica política desses regimes: a questão de quem deteria o poder armado continuou relevante, até porque isso implicava em força política. Se a violência generalizada, nas ruas, era aceitável até a tomada do poder, o seu controle passava a ser fundamental depois que isso se dava, o que explica o cuidado de Hitler e Mussolini em conter a violência miliciana depois da sua chegada ao comando do Estado.

No caso italiano, o problema central era que o bloco de poder fascista era baseado, desde 1923, em um compromisso entre o fascismo e outras forças e o próprio Mussolini temia que, numa radicalização do regime, ele próprio podia ser considerado supérfluo ou incapaz para o cargo. Dar apoio total aos milicianos em 1943, por exemplo, poderia ter salvado o regime, mas talvez



tivesse removido boa parte dos próprios fascistas (e o próprio Mussolini) do poder, o que era inaceitável.

Nesse contexto, a luta entre os militares e os milicianos foi a tônica, a expressão marcial do conflito político. Desde 1923, as Forças Armadas italianas haviam recebido substancial influência da ideologia fascista, enquanto as forças milicianas haviam perdido seu ímpeto revolucionário ao serem absorvidas pelo Estado. Nunca houve, contudo, fusão entre elas, como é de praxe nas ditaduras com perspectivas totalitárias, que preferem dividir o poder militar para evitar questionamentos a seu próprio poder. Sendo assim, não só os militares disputavam entre si, como com os milicianos por prerrogativas, orçamento e poder.

No tocante à relação entre os milicianos e os militares, como já observado no decorrer desse artigo, o mito vigente é que os militares eram apenas nacionalistas, fiéis servidores do Estado, enquanto os milicianos eram os verdadeiros fascistas, a serem responsabilizados por todos os crimes de guerra e pelas desgraças trazidas pela guerra à própria Itália. Uma mitologia para consumo público, pois militares e milicianos apoiaram Mussolini e o fascismo por décadas e a penetração da ideologia fascista nas fileiras militares, especialmente no alto oficialato, são bastante claras.

No entanto, havia diferenças de perspectivas e de lealdades. Até como forma de diferenciação e como argumento para a luta pelo poder, as milícias eram mais ciosas da sua lealdade ao regime e aos ideais fascistas, enquanto os militares se aproximavam mais dos valores conservadores e da tradicional lealdade ao Estado e ao rei. Isso mantinha as duas forças em permanente competição, cujos termos se alteraram, contudo, no decorrer do tempo.

No momento em que o bloco de poder fascista estava sólido, os milicianos ficavam na defensiva, apenas resistindo à possibilidade de sua dissolução. Durante as guerras fascistas entre 1935 e 1940, eles conseguiram, entre derrotas e vitórias, avançar na direção de mais autonomia, criando unidades ideologicamente mais formatadas e autônomas. Os batalhões M já indicam um momento de quase ruptura, de identificação, pelos fascistas, de que o antigo bloco de poder estava se rompendo, sendo necessária a criação de forças especiais para defender o regime. A Divisão M, mesmo abortada, seria a conclusão lógica dessa fase, o rompimento final, aproximando a Itália do modelo alemão.

Com a RSI e a criação da *Guardia Nazionale Repubblicana*, novamente o choque entre militares e milicianos veio à tona, com uma nova vitória dos primeiros. Alguns desiludidos com essa derrota se uniram às Waffen-SS



italianas, enquanto o partido fascista criou as *Brigate Nere*. Nessas unidades, finalmente, um espaço para autonomia e luta ideológica total foi atingido, mas numa escala muito menor do que poderia ter acontecido se o projeto da Divisão M não tivesse sido abordado prematuramente.

Em caso da derrota do golpe de 1943, talvez os homens e o fervor ideológico que acabaram por ser absorvidos na GNR e, depois, nas *Waffen-SS* italianas e nas *Brigate Nere* tivessem sido recuperados pelo fascismo em seu novo projeto totalitário, o da RSI. Ao invés de uma, poderíamos ter tido várias divisões de elite de defesa do regime, lutando até o fim. Provavelmente, contudo, elas teriam que achar outra letra do alfabeto para sua designação, já que as chances de substituição de Mussolini por um fascista linha-dura seriam consistentes nesse cenário hipotético.

No limite, todo fascismo tem um viés totalitário, o qual previa que as elites tradicionais perderiam espaço e o monopólio do uso da força passaria para a milícia do partido. Esse projeto totalitário nunca se realizou na Itália e nem na Alemanha, mas ele indica os parâmetros gerais do projeto fascista de poder e o seu radicalismo dentro do campo da direita política e explica boa parte das contradições da história do fascismo italiano e do nazismo alemão no entreguerras. As forças milicianas podiam ser anuladas pelos militares, como na Espanha de Franco, adquirir proeminência, como na Alemanha Nazista, ou serem colocadas em posição subordinada, como na Itália Fascista. As alianças e as acomodações também eram contínuas, especialmente pela desconfiança de todos da democracia e da esquerda. Mesmo assim, a luta entre os militares e os milicianos estava implícita no projeto fascista de poder, sendo os seus resultados condicionados pela forma com que cada bloco de poder se constituiu.

## Referências

ADINOLFI, Goffredo. Grande Conselho e governo: elite e decisão política. In: PINTO, Antônio Costa (org.). *Governar em Ditadura: Elites e decisão política na era do fascismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012. p. 39-70.

ALEGI, Gregory Di. L'arma fascistissima: il falso mito dell'aeronautica come la preferita del regime. In: FERRARI, Massimo (a cura di.). *Le ali del ventennio: L'aviazione italiana dal 1923 al 1945*. Milano: Franco Angeli, 2005. p. 111-154.

BATTISTELLI, Pier Paolo; MOLINARI, Andrea. *Le Forze Armate della RSI: Uomini e imprese dell'ultimo esercito di Mussolini*. Bresso: Hobby & Work, 2007.



BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BERTONHA, João Fábio. Coerção, censenso e resistência num Estado Autoritário: o caso da Itália Fascista. *Diálogos*, Maringa, v. 12, n. 1, p. 141-163, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38209/19904>. Acesso em: 03 maio 2022.

BERTONHA, João Fábio. *Fascismo e antifascismo italianos: ensaios*. Caxias do Sul: UDESC, 2017a.

BERTONHA, João Fábio. *Os impérios e suas guerras: Relações internacionais contemporâneas (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Pontocom, 2017b. Disponível em: [https://joaofabiobertonha.files.wordpress.com/2018/02/bertonha-imperios\\_53\\_5a7070785010a.pdf](https://joaofabiobertonha.files.wordpress.com/2018/02/bertonha-imperios_53_5a7070785010a.pdf). Acesso em: 03 maio 2022.

BERTONHA, João Fábio. *La Legione Parini: Gli italiani all'estero e la Guerra d'Etiopia 1935-1936*. Milano: Unicopli, 2018.

BERTONHA, João Fábio “La Divisione Corazzata “M”: un capitolo nei rapporti tra l'Esercito e la Milizia nello Stato fascista”. *Diacronie. Studi di Storia Contemporanea*, n. 48, p. 1-15, 2021a.

BERTONHA, João Fábio. Quem guardará os guardiães? A segurança pessoal de Hitler e Mussolini e as relações entre partido e Estado nas ditaduras fascistas”. *Locus: Revista de História*, v.7, n.1, p. 317-337, 2021b.

BERTONHA, João Fábio. O poder de polícia e a administração da Justiça: Estado e partido na Alemanha nazista e na Itália fascista. *Passagens: Revista Internacional De História Política e Cultura Jurídica*, v. 13, n. 3, p. 446-468, 2021c.

BERTONHA, João Fábio *A Legião Parini: o regime fascista, os emigrantes italianos e a Guerra da Etiópia (1935-1936)*. Maringá: Eduem, 2021d

BÖHLER, Jochen; GERWARTH, Robert. *The Waffen-SS: A European History*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

CAPPELLARI, Pietro. *La guardia della rivoluzione: La milizia fascista nel 1943: crisi militare – 25 Luglio – 8 Settembre – Repubblica Sociale*. Roma: Herald Editore, 2013. (Per non dimenticare).

CAPPELLARI, Pietro. *La guardia della rivoluzione: La GNR nel 1944 organizzazione e impiego militare*. Roma: Herald Editore, 2017a. (Per non dimenticare).



CAPPELLARI, Pietro. *La guardia della rivoluzione: La GNR controguerriglia e difesa della Repubblica Sociale*. Roma: Herald Editore, 2017b. (Per non dimenticare).

CAVALLERO, Ugo. *Diario (1940-1943)*. Nápoles: Ciarrapico, 1984.

CERNUSCHI, Enrico. La rivolta dei generali: Il confronto sotterraneo tra la MVSN e il Regio Esercito, 1939-1943I. *Storia Militare*, [s. l.], n. 131, p. 29-43, 2004a.

CERNUSCHI, Enrico. La rivolta dei generali: Il confronto sotterraneo tra la MVSN e il Regio Esercito, 1939-1943 II. *Storia Militare*, [s. l.], n. 132, p. 28-39, 2004b.

CORNER, Paul. *Italia Fascista: Politica e opinione popolare sotto la dittatura*. Roma: Carocci, 2015.

CROCIANI, Piero; BATTISTELLI, Pier Paolo. *Le Camicie Nere 1933-1945*. Gorizia: Libreria Editrice Goriziana, 2011. (Série: BAM - Biblioteca de Arte Militar, Guerreiros, n. 4).

DORMAGEN, Jean-Yves. *Logiques du fascisme: L'État totalitaire en Italie*. Paris: Fayard, 2008.

ESTES, Kenneth W. *A European anabasis: Western European volunteers in the German Army and SS, 1940-1945*. Solihull: Helion & Company Limited, 2015.

FABEI, Stefano. *Tagliamento: La legione delle camicie nere in Russia (1941-1943)*. Vicenza: In Edibus, 2014.

FALANGA, Gianluca. *L'avamposto di Mussolini nel Reich di Hitler: La politica italiana a Berlino (1933-1945)*. Milano: Marco Tropea, 2011.

FATUTTA, Francesco. Battaglioni "M". *Rivista Italiana di Difesa*, Chiavari, v. 11, n. 12, p. 88-97, 1992.

FELICE, Renzo de. *Mussolini l'alleato: 1. L'Italia in guerra (1940-1943)*. Torino: Einaudi, 1996. v. 2: crisi e agonia del regime.

FONSECA, Ana Mónica. Ministros e centros de poder na Alemanha nacional-socialista. In: PINTO, António Costa (org.). *Governar em Ditadura: Elites e decisão política na era do fascismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012. p. 71-96.

GAGLIANI, Dianella. *Brigate Nere: Mussolini e la militarizzazione del Partito Fascista Repubblicano*. Torino: Bollati Boringhieri, 1999.

GALBIATI, Enzo. *Il 25 Luglio e la MVSN*. 2. ed. Milano: Bernabò, 1950.



GATTI, Gian Luigi. *L'anima militare del fascismo: La Milizia Volontaria Per La Sicurezza Nazionale*. 2005. Tese (Dottorato in Storia) – Università degli Studi di Torino, Torino, 2005.

GATTI, Gian Luigi. Italiani in Africa Orientale: La milizia fascista in Etiopia 1935-1936. *Storia e Memoria*, Genova, v. 16, n. 1, p. 9-31, 2007.

GATTI, Gian Luigi. Camicie nere al sole etiopico. In: BOTTONI, Roberto (a cura di.). *L'Impero fascista: Italia ed Etiopia (1935-1941)*. Bologna: Il Mulino, 2008. p. 187-213.

GENTILE, Emilio. *La via italiana al totalitarismo: Il partito e lo Stato nel regime fascista*. Roma: Carocci, 2002.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo. *Los Totalitarismos*. Madrid: Editorial Síntesis, 2012.

GOOCH, John. *Mussolini e i suoi generali: Forze Armate e politica estera fascista*. Gorizia: LibreriaEditriceGoriziana, 2011.

GRANT, Thomas D. *Stormtroopers and crisis in the Nazi movement: activism, ideology and Dissolution*. New York: Routledge, 2004. (Routledge studies in modern European history, v. 6).

GRASSIA, Edoardo. L'8 settembre 1943 e la Regia "fascistissima" Aeronautica. *Diacronie Studi di Storia Contemporanea*, [s. l.], v. 1, n. 25, p. 1-18, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/301280422\\_L8\\_settembre\\_1943\\_e\\_la\\_Regia\\_fascistissima\\_Aeronautica](https://www.researchgate.net/publication/301280422_L8_settembre_1943_e_la_Regia_fascistissima_Aeronautica). Acesso em: 05 maio 2022.

GUERRAZZI, Amedeo Osti. *Noi non sappiamo odiare: L'Esercito italiano tra fascismo e democrazia*. Torino: UTET, 2010.

HALE, Christopher. *I carnefici stranieri di Hitler: L'Europa complice delle SS*. Milano: Garzanti, 2012.

ILARI, Virgilio. Il partito armato del fascismo: La Milizia dallo squadristo Alla RSI. In: ILARI, Virgilio; SEMA, Antonio (a cura di.). *Marte in orbace: Guerra, Esercito e Milizia nella concezione fascista della nazione*. Ancona: Nuove Ricerche, 1988. p. 277-414. (Armi e politica; v. 1).

LELEU, Jean-Luc. *La Waffen-SS: Soldats politiques en guerre*. Paris: Perrin, 2007.

LELEU, Jean-Luc. *La Waffen-SS*. Paris: Place des éditeurs, 2014.



LOMBARDI, Filippo; GALAZZETTI, Alberto. *La Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale nella riconquista della Libia(1923-1931)*. [S. l.]: Marvia Edizioni, 2011.

LUCAS, Ettore; VECCHI, Giorgio de. *Storia delle Unità combattenti della Milizia volontaria per la sicurezza nazionale 1923-1943*. Roma: Giovanni Volpe Editore, 1976.

MALLETT, Robert. *The Italian Navy and fascist expansionism 1935-1940*. London: Frank Cass, 1998. (Cass series Naval policy and history; n. 7).

MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria: História do exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MINNITI, Fortunato. *Fino alla guerra: strategie e conflitto nella politica di potenza di Mussolini 1923-1940*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2000.

MONDINI, Marco. *La politica delle armi: Il ruolo dell'Esercito nell'avvento del fascismo*. Bari: Laterza, 2006.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. Sobre a concepção de Estado no Nacional-Socialismo. *Revista Universidade Rural - Série ciências humanas*, Seropédica, v. 29, n. 1, p. 37-50, 2007.

MUSIDELIAK, Didier. Mussolini, carisma e decisão política. In: PINTO, António Costa (org.). *Governar em ditadura: elites e decisão política na era do fascismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012. p. 25-38.

NINNO, Fabio de. *Fascisti sul mare: La Marina e gli ammiragli di Mussolini*. Bari: Laterza, 2017.

NUCCI, Loreto di. *Lo Stato-partito del fascismo: Genesi, evoluzioni e crisi 1919-1943*. Bologna: Il Mulino, 2014.

POESIO, Camilla. *Reprimere le idee, abusare del potere: la Milizia e l'instaurazione del regime fascista*. Roma: Aracne, 2010.

REICHARDT, Sven. *Camicie nere, camicie brune: Milizie fasciste in Italia e in Germania*. Bologna: Il Mulino, 2009.

ROCHAT, Giorgio. I volontari di Mussolini. In: LABANCA, Nicola (a cura di.). *Fare il soldato: Storie del reclutamento militare in Italia*. Milano: Unicopli, 2007. p. 123-140. (Centro interuniversitario di studi e ricerca).



RODRIGO, Javier. *La guerra fascista Italia en la Guerra Civil Española 1936-1939*. Madrid: Alianza Editorial, 2016.

ROSSI, Andrea. Una divisione scomoda: La vicenda della Divisione Corazzata “M” nella realtà e nella storiografia. *Nuova Storia Contemporanea*, Milano, v. 7, n. 5, p. 15-24, 2003.

ROSSI, Andrea. *Le guerre delle camicie nere: La Milizia fascista dalla guerra mondiale alla guerra civile*. Pisa: Biblioteca Franco Serantini, 2004.

SIEMENS, Daniel. *Stormtroopers: A new history of Hitler's brownshirts*. New Haven: Yale University Press, 2017. Civilização, 1991.

### Notas

<sup>1</sup>Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá/PR.

<sup>2</sup>Para a documentação oficial sobre sua constituição e seu primeiro “espelho”, ver Ufficio Storico Stato Maggiore dell’ Esercito (USSME), b. 437, f. Divisione Cor. CCNN “M”.

<sup>3</sup>A bibliografia sobre a SA é imensa; praticamente todo livro que aborda a ascensão nazista ao poder discute a questão da milícia nazista e seu papel no processo. Dois livros particularmente interessantes – pois detalham a organização, a penetração social e as perspectivas ideológicas da SA – Grant, 2004 e Siemens, 2017.

<sup>4</sup>A bibliografia sobre a Waffen-SS é, mesmo descontando-se a apologética e a de consumo popular, simplesmente descomunal. Bons resumos podem ser encontrados em: Böhler e Gerwarth, 2017, Estes, 2015, Hale, 2012, e Leleu, 2007 e 2014.

João Fabio Bertonha  
O monopólio da violência no fascismo italiano.  
As Forças Armadas, a MVSN e as relações entre  
partido e Estado na Itália de Mussolini